



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Mestrado em Direito e Prática Jurídica 2018/2019
(2.º Ciclo)
Especialidade de Direito Penal
2.º Semestre – Turma Noite

Unidade curricular

Direito Penal e Processual Penal Comparado

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

É o único docente nesta turma da unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O presente curso pretende desenvolver um estudo aprofundado das formas de colaboração premiada no processo penal, que é uma matéria de grande complexidade teórica e enorme importância prática para o jurista.

Conteúdos programáticos

A COLABORAÇÃO PREMIADA À LUZ DO DIREITO COMPARADO

1. Antecedentes da colaboração premiada
2. O acordo de colaboração premiada
3. A colaboração premiada como meio excepcional de obtenção de prova
4. A admissibilidade constitucional da colaboração premiada
5. Os pontos críticos da colaboração premiada
6. A conformidade aos fins da justiça
7. Os riscos de arbitrariedade e enviesamento da colaboração premiada à luz do direito comparado
8. O acordo da colaboração premiada como meio de prova composto.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abrangem os principais aspetos problemáticos no âmbito da colaboração premiada.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

I. O método

As aulas seguem um modelo inicial de aulas teórico-práticas e sucessivamente de seminários científicos.

As primeiras aulas estão a cargo do regente, incluindo a apresentação do programa e método de ensino (1 tempo letivo), escolha de temas pelos alunos e calendarização de apresentações (1 tempo letivo) e preleções temáticas, algumas por especialistas convidados.

As restantes aulas são preenchidas pelas apresentações dos trabalhos dos alunos, seguidas de discussão e crítica por todos.

II. A avaliação

A avaliação consiste num exame escrito final obrigatório e, ainda, em participações orais espontâneas dos alunos, apresentações orais de relatórios ou realização de trabalhos escritos com um máximo de 10 páginas de texto (conforme template distribuído aos alunos), que devem sempre incluir a análise crítica de um ou mais acórdãos.

Com base nas apresentações orais de relatórios ou de trabalhos escritos e nas participações orais espontâneas será atribuída uma nota de avaliação contínua que fará média aritmética com a nota do exame final (art. 30.º do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento de 12.05.2016).

III - Assiduidade

É sempre realizada a chamada no início de cada aula e são registadas as ausências. A falta a um número de aulas superior a um terço das previstas para cada unidade curricular importa a perda de frequência e consequente reprovação na unidade curricular (artigo 13.º do Regulamento). A falta da assiduidade mínima, tal como definida no



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

artigo 13.º do Regulamento, impede também o acesso à época de recurso, uma vez que esta época tem por pressuposto a obtenção de nota negativa na unidade curricular (artigo 34.º do Regulamento).

Os alunos com assiduidade mínima e sem outros elementos de avaliação têm acesso à época normal de exames (art. 30.º/1 a) Regulamento) e à época de recurso (art. 34.º Regulamento).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O modelo inicial de aulas teórico-práticas é necessário para introduzir a matéria da unidade curricular. Seguidamente, o modelo de seminário científico é o mais adequado ao aprofundamento dos temas, desde que haja um menor denominador comum que fomente em todos os alunos o interesse e a participação oral nas aulas.

Bibliografia principal

- AA.VV., *European Criminal Procedures* (org.: Mireille Delmas-Marty e J. R. Spencer, trad. dirigida por J. R. Spencer do orig. Procédures pénales d'Europe, ed. de Paris: Presses Universitaires de France, 1995), Cambridge: Cambridge University Press, 2005 (paperback).
- AA.VV., *Crime organizado – Análise da Lei 12.850/2013* (org.: Kai Ambos, Eneas Romero), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons, 2017,
- AA.VV., *Proceso penal y sistemas acusatorios* (coord.: Lorena Bachmaier Winter), Madrid: Marcial Pons, 2008.
- AA.VV., *The Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law* (org.: Michel Rosenfeld e Andrés Sajó), Oxford: Oxford University Press, 2012.
- AA.VV., *The Trial on Trial* (org.: Antony Duff, Lindsay Farmer, Sandra Marshall e Victor Tadros), vol. I (Truth and Due Process), Oxford / Portland, Oregon: Hart Publishing, 2004.
- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.ª ed., Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011 (1.ª ed., 2007).
- ANDRADE, Manuel da Costa, *Sobre as proibições de prova em processo penal*, 1.ª reimp., Coimbra: Coimbra Editora, 2006 (1.ª ed., 1992).
- BELEZA, Teresa Pizarro, “A prova”, in AA.VV., *Apontamentos de Direito Processual Penal* (org.: Teresa Pizarro Beleza), vol. II, Lisboa: AAFDL, 1993, pp. 145-158.
- BELING, Ernst, *Die Beweisverbote als Grenzen der Wahrheitserforschung im Strafprozess*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1903.
- BELING, Ernst, AMBOS, Kai, GUERRERO, Óscar Julián, *Las prohibiciones probatorias*, Bogotá: Temis, 2009.
- BOHLANDER, Michael, *Principles of German Criminal Procedure*, Oxford/Portland, Oregon: Hart Publishing, 2012.
- BRITO, José de Sousa e, “O inimigo no direito penal”, *Lusíada – Direito – Lisboa* 4/5 (2007), pp. 79-85
- CORREIA, Eduardo, “Les preuves en droit penal portugais”, in *RDES* 1-2 (1967), pp. 1-52.
- CANOTILHO, J. J. Gomes, BRANDÃO, Nuno, “Colaboração premiada: reflexões críticas sobre os acordos fundantes da Operação Lava Jato”, *RBCCrim* 133 (2017), pp. 133-171.
- DAMASKA, Mirjan, “Negotiated Justice in International Criminal Courts”, *JICJ* 2 (2004), pp. 1018-1039.
- DIAS, Augusto Silva, RAMOS, Vânia Costa, *O direito à não auto-inculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e contraordenacional português*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.
- DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Processual Penal*, 1.ª reimp., Coimbra: Coimbra Editora, 2004 (1.ª ed., 1974).
- DIAS, Jorge de Figueiredo, “Sobre a revisão de 2007 do Código de Processo Penal português”, in *RPCC* 18 (2008), pp. 367-385.
- DIDIER JR., Fredie, BOMFIM, Daniela, “Colaboração premiada (Lei n. 12.850/2013): natureza jurídica e controle da validade por demanda autônoma – um diálogo com o Direito Processual Civil”, *CPR* 7/2 (2016), pp. 135-189.
- FALCONE, Giovanni, PADOVANI, Marcelle, *Cose di Cosa Nostra*, Milano: Rizzoli, 1991.
- FERNANDES, Fernando, *O processo penal como instrumento de política criminal*, Coimbra: Almedina, 2001.
- FERREIRA, Manuel Cavaleiro de, *Curso de Processo Penal* (Lições proferidas no ano letivo 1954-1955), vols. I-II-III, Lisboa: Universidade Católica, 1981 (reimp. fac-similada da ed. de 1955, autorizada pelo A.).
- FERREIRA, Manuel Cavaleiro de, *Curso de Processo Penal*, vols. I-II, Lisboa: Danúbio, 1986.
- GONÇALVES, Manuel Lopes Maia, “Meios de prova”, in AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal – O novo Código de Processo Penal* (org.: CEJ), Coimbra: Almedina, 1989, pp. 193-218.
- GÖSSEL, Karl-Heinz, “As proibições de prova no direito processual penal da República Federal da Alemanha” (trad. por M. Costa Andrade do original “Die Beweisverbote im Strafverfahrensrecht der BRD”, GA 91), in *RPCC* 2 (1992), pp. 397-441.
- GRINOVER, Ada Pellegrini, “O crime organizado no sistema italiano”, *RBCCrim* 12 (1995), pp. 76-86.
- GRINOVER, Ada Pellegrini, FERNANDES, António Scarance, GOMES FILHO, António Magalhães, *As nulidades do processo penal*, 7.ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001 (1.ª ed., 1991).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- HAAS, Volker, *Strafbegriff, Staatsverständnis und Prozessstruktur*, Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.
- HASSEMER, Winfried, "Förmlichkeiten im Strafprozess", in AA.VV., *In dubio pro libertate – Festschrift für Klaus Volk zum 65. Geburtstag* (org.: W. Hassemer, Eb. Kempf e S. Moccia), München: Beck, 2009, pp. 207-222.
- KÜHNE, Hans-Heiner, *Strafprozessrecht – Eine systematische Darstellung des deutschen und europäischen Strafverfahrensrechts*, 8.^a ed., Heidelberg: C. F. Müller, 2015 (1.^a ed., 1978).
- NEVES, Castanheira, *Sumários de processo criminal*, Coimbra: ed. policopiada, 1968.
- NOVAIS, Jorge Reis, *As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição*, Coimbra: Coimbra Editora, 2003.
- PALMA, Maria Fernanda, "O problema penal do processo penal", in: AA.VV., *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (coord. científica: Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, 2004, pp. 41-53.
- PEREIRA, Rui,
"Entre o 'garantismo' e o 'securitarismo' – A Revisão de 2007 do Código de Processo Penal", in AA.VV., *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português* (org.: Mário Ferreira Monte, Maria Clara Calheiros, Fernando Conde Monteiro e Flávia Novera Loureiro), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 247-268.
- PRADO, Geraldo, *Sistema acusatório – A conformidade constitucional das leis processuais penal*, 4.^a ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- ROXIN, Claus, *Derecho procesal penal* (trad. castelhana da 25.^a ed. alemã por Gabriela E. Córdoba e Daniel R. Pastor, rev. por Julio B. J. Maier), Buenos Aires: Editores del Puerto, 2000.
- ROXIN, Claus, SCHÜNEMANN, Bernd, *Strafverfahrensrecht – Ein Studienbuch*, 29.^a ed., München: Beck, 2017 (1.^a ed., 1949).
- SCHLÜCHTER, Ellen, *Strafprozeßrecht*, 3.^a ed., Thüningersheim/Frankfurt a. M.: EuWi, 1999.
- SCHÜNEMANN, Bernd, *Estudos de direito penal, direito processual penal e filosofia do direito* (coord.: Luís Greco), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons, 2013.
- SILVA, Germano Marques da, CARVALHO, L. G. Grandinetti Castanho de, PRADO, Geraldo, BRANDÃO, Nuno, *Processo Penal do Brasil e de Portugal*, Coimbra: Almedina, 2009.
- THAMAN, Stephen C. (org.), *Consensual Procedures and the Avoidance of the Full Criminal Trial*, Durham: Carolina Academic Press, 2010.